

CÔAVISÃO

ECONOMIA, CIÊNCIA E CULTURA

N.º 14 • ANO DE 2012



EDIÇÃO DA CÂMARA MUNICIPAL DE VILA NOVA DE FOZ CÔA

CÔAVISÃO

ECONOMIA, CIÊNCIA E CULTURA

N.º 14 • ANO DE 2012

Trabalho coordenado por
JOSÉ MANUEL COSTA RIBEIRO
ANTÓNIO N. SÁ COIXÃO

Foto da capa:

Monumento às gravuras no início da renovada Avenida Gago Coutinho
e Sacadura Cabral em Vila Nova de Foz Côa – Foto de José Ribeiro

Composição e impressão:

Côa Gráfica – Artes Gráficas, Lda. – V. N. de Foz Côa
Depósito Legal n.º 121116/98
ISBN 978-972-8763-25-1

EDIÇÃO DA CÂMARA MUNICIPAL DE VILA NOVA DE FOZ CÔA
2012

Índice

Prefácio	5
Introdução.....	7
Por milhões de razões... para uma protecção colectiva de um património cultural universal de valor excepcional	9
Regresso a Almendra	13
Museu da Casa Grande de Freixo de Numão – 15 Anos de (Sobre) Vivência	17
Os encontros de Fozcoenses.....	27
Estranho documento oficial.....	29
Defesa e aproveitamento dos recursos endógenos	
A linha do caminho-de-ferro do Pocinho a Barca d'Alva	31
El camino imposible a Portugal	37
“Territórios do Côa – propósitos da associação e linhas mestras da EEC PROVERE Turismo e Património no Vale do Côa”	41
Pocinho – História e tradição.....	43
O Côa, um território de referência	51
O Património do Côa como um activo para o desenvolvimento.....	55
Usos tradicionais do sumagre duriense e fozcoense: uma planta dos tintureiros, curtidores, boticários e também dos gastrónomos	59
Etnobotânica altoduriense: o sumagre na Cultura e na História	65
Arte, cultura e tradição em Vila Nova de Foz-Côa.....	77
Do cântico da “Cabana” ao Solstício de Inverno	87

Os projectos para uma rede ferroviária na zona interior a Sul do Douro	95
A Crise da Monarquia Constitucional (1870-1910) – Alguns reflexos na vida política Fozcoense	103
A Religiosidade no concelho de Vila Nova de Foz Coa durante o Estado Novo.....	111
Síntese dos trabalhos arqueológicos em Castanheiro do Vento. Campanha de 2011	131
Os bens culturais de Freixo de Numão – 1911.....	139
Incursões nos corredores do Estado Novo <i>Memórias reveladas numa exposição</i>	149

O Património do Côa como um activo para o desenvolvimento

FERNANDO REAL*

O Museu do Côa promete atrair turismo mas é fulcral que o desafio de haver mais visitantes, se traduza em visitas qualificadas e que a quantidade não acabe por pôr em causa aquilo que lhe deu origem e que é a sua razão de ser.

O Património Cultural é uma herança e constitui o activo mais precioso de qualquer país, em especial dos que possuem percursos históricos mais antigos... *“Trata-se de um activo de que cada geração, presente e futura, se deve considerar como fiel depositária e cuja amplitude transcende a esfera estritamente nacional. Não podemos considerar-nos donos de tudo quanto nos foi legado e que pertence em grande medida a quem nos antecedeu, cabendo-nos a nós ape-*

nas reparti-lo com os nossos contemporâneos e com quem nos há-de suceder”. (1) Cuidar e desenvolver o Património Cultural, muito mais do que uma decorrência da lei nacional, europeia e universal constitui, pois, um imperativo de cidadania.

Foz Côa é um território que se por um lado enfrenta o problema do despovoamento que ocorre no interior do país, por outro lado tem a procura de fluxos de visitantes que procuram conhecer os seus patrimónios imaterial, natural e cultural de excepção (onde num só concelho há dois patrimónios mundiais). Tais fluxos de visitantes atraídos pelo património existente na região contribuem não só para sustentar a economia local e regional, mas também a aumentam.



* Presidente da Fundação Côa Parque

O abundante património da região e a forma como tem vindo a ser trabalhado, fará de Foz Côa, num futuro não muito longínquo, a Capital Cultural do Interior. Desde há cerca de 16 anos tem vindo a ser desenvolvida uma estratégia para dotar a cidade dos equipamentos e de uma programação de apoio, às artes, à arqueologia, à salvaguarda do património construído, ao cinema, ao património imaterial, ao património religioso, à renovação urbana, ao ambiente, tendo como objectivo central, melhorar a qualidade de vida da população.

Todo este património é um valor estratégico que, se devidamente enquadrado, faz do Douro Superior e dos concelhos da região, um território de Turismo, onde, pela vontade do Homem o passado se alia ao futuro, para que a população residente, especialmente as gerações mais novas identifiquem esses valores, interiorizem e os sintam como uma riqueza da sua terra, os protejam e encontrem condições para ali se fixarem e viver.

Projecto ambicioso, sem dúvida. Em 1995 quando foi tomada a decisão de preservar a Arte do Paleolítico no Vale do Côa, entretanto em 1998 reconhecida a sua importância universal pela UNESCO como Património Mundial, e torná-la acessível a um elevado n.º de pessoas, estava-se então a dar os primeiros passos para aumentar o fluxo de visitantes que referi. A criação do Parque Arqueológico do Vale do Côa (PAVC) numa área de 20.000 hectares para preservar o Património descoberto nos anos de 1994/95 e a construção de um Museu para acolher os visitantes e dinamizar um programa cultural associado ao Turismo, foi sem dúvida, uma decisão de futuro e visão estratégica.

Os indicadores do desenvolvimento económico começam a aparecer, apesar de a maioria da população estar envelhecida (problema de âmbito nacional, não exclusivo desta região) e com fraca capacidade de iniciativa privada. O fluxo de visitantes que procuram Foz Côa e a região do Vale do Côa, no Alto Douro desde que foi criado o Parque Arqueológico em Agosto de 1997 até Abril de 2012 sabe-se, por controlo de bilheteira, que 301.312 visitantes procuraram este Parque.

Mais recentemente, desde que o Museu foi inaugurado em 29 Julho de 2010 houve um grande aumento da procura, em cerca de 150% logo no 1.º ano, relativamente aos anos anteriores. Com este novo equipamento cultural, até 30 de Março de 2012 visitaram o Museu do Côa 58.253 pessoas, certamente atraídos pela novidade do empreendimento e também por ter a capacidade de acolher com qualidade e em simultâneo dezenas de pessoas.

Se o Museu do Côa promete atrair turismo, é fulcral que o desafio de haver mais visitantes, se traduza em visitas qualificadas e que a quantidade não acabe por pôr em causa aquilo que lhe deu origem e que é a sua razão de ser. Os exemplos de Altamira e Siega Verde em Espanha, ou Lascaux, em França, são elucidativos. As grutas originais tiveram de fechar porque as pinturas paleolíticas estavam a degradar-se e, hoje, só é possível aos visitantes admirar réplicas. Em Siega Verde que é uma continuidade da arte rupestre paleolítica do vale Côa no outro lado da fronteira, por falta de vigilância e vandalismo há algumas gravuras rupestres danificadas, o que obriga a conter o acesso livre do público ao vale paleolítico.

O Museu do Côa, gerido por uma fundação de direito privado, a *Côa Parque -Fundação para a Salvaguarda e Valorização do Vale do Côa*, tem uma missão definida. O museu pode ser, como se deseja na região, uma forma de atrair pessoas nacionais e estrangeiras, envolver através de parcerias os agentes económicos, enfim pressionar investimentos. Na sua qualidade de centro de divulgação multidisciplinar e interdisciplinar dos sítios arqueológicos do Vale do Côa constitui sua missão:

- Garantir a preservação e a divulgação dos Sítios arqueológicos em parceria com investigadores e a sociedade civil.
- Desenvolver uma programação temporária qualificada, assente num programa cultural e num plano de comunicação.
- Promover a afirmação institucional do Museu e do PAVC, no tecido cultural nacional, a par da sua integração nos circuitos

internacionais, projectando a dimensão universal do Património à sua responsabilidade.

- Desenvolver programas educativos e científicos qualificados que promovam a divulgação e o fácil acesso, para diferentes públicos, à informação produzida
- Organizar e disponibilizar ao público um centro de documentação com informação acessível e actualizada.
- Promover o desenvolvimento de parcerias institucionais de relacionamento com os mais diversos agentes sociais.
- Definir uma estratégia de captação de públicos-alvo, mecenatos, patrocínios e apoios junto de diferentes entidades públicas e privadas.

Para cumprir a sua missão o Plano de Acção para 2012-2014 prevê, todo um trabalho de estruturação interna por três áreas funcionais:

1. Área de gestão de recursos (humanos, financeiros e administração geral)
2. Área de museologia (programação e produção, comunicação, divulgação e edições, educação, vigilância/segurança, manutenção de exposições, recepção e conservação preventiva.
3. Área de investigação, ordenamento do território e salvaguarda (inventário arqueológico, emissão de pareceres técnicos, apoio institucional na área de Arqueologia em acções de salvaguarda), coordenação da investigação interna e externa, organização e manutenção das reservas arqueológicas e arquivo do museu, realização de acções de salvaguarda patrimonial, bem como a respectiva comunicação junto de públicos-alvo estratégicos.

Este ano 2012, é o ano de arranque da Fundação COA PARQUE. No âmbito da gestão pretende-se um modelo inovador e descentralizado, de gestão privada do Património arqueológico seguindo o interesse público em causa; será essencialmente um ano piloto de estruturação,

organização de um orçamento sustentável, mas contido dada a situação económica e financeira do País, de comunicação, realização de candidaturas a fundos comunitários para apoio à programação cultural e concepção do programa de acção para 2013 – 2014.

O abundante património da região, como valor estratégico e um activo para promover o desenvolvimento, tem no edifício do Museu do Côa, uma mais valia. É hoje reconhecido que *“nos museus contemporâneos a arquitectura, assume um papel central na sua identidade mas para a maior parte dos visitantes, as exposições são o Museu, estabelecendo o principal ponto de contacto com a temática em análise, proporcionando simultaneamente informação, entretenimento e emoções diversas a todos os seus visitantes.*

No caso do Côa, sendo um museu de arqueologia e simultaneamente de arte, a ausência de uma quantidade significativa de bens arqueológicos móveis originais, à excepção de algumas peças seleccionadas – o principal museu está no território do Parque arqueológico, está no Vale do côa – evidencia os próprios sítios arqueológicos como verdadeiros objectos de referência material (Olga grande, Cardina, Fariseu, Penascosa, Canada do Inferno, Vale da vermelhosa, ...) e remete para formatos e vocabulários expositivos recentes, com recurso a equipamentos multimédia” (2)

O Património como um activo para o desenvolvimento, obriga a planeamento, à permanente atenção à qualidade do serviço prestado, a parcerias estratégicas com a sociedade civil por forma a dinamizar actividades empresariais que tragá benefícios para os agentes económicos envolvidos e para a população, e ainda assegurar uma progressiva sustentabilidade financeira do Museu. Este ponto da sustentabilidade levanta outras questões que contrariam uma prática comum nos museus portugueses, que é a gratuidade das visitas. Ora, se tudo aquilo que consumimos tem um preço, porque não o terá a Cultura? Creio ser necessário modificar hábitos e inverter a relação de forças. Uma cultura gratuita tem duas nefastas consequências: não se financia a

si própria, mesmo que seja parcialmente, e não será valorizada pois, como é sabido, tendemos a menosprezar aquilo que nada nos custou. Hábitos culturais que se modificarão na justa medida em que os cidadãos reconhecem valor, respeitam e o trabalho desenvolvido no Museu e identificam o Património cultural como um elemento de identidade e um activo para o desenvolvimento da comunidade onde vivem.

BIBLIOGRAFIA CITADA:

- (1) Acertadas palavras do representante da Republica Federal Alemã no discurso que proferiu na cidade de Granada – Espanha, quando da aprovação e assinatura, em 1965, da *Convenção para a protecção do património arquitectónico* também conhecida por *Convenção de Granada*.
- (2) Cadernos do Cõa n.º 1, Igespar, Lisboa, 2009.